



ALFABETIZAÇÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA: IMPACTOS DO PASSADO EM PACTOS DO PRESENTE

(EM DEFESA DE PAULO FREIRE COMO "PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA")

Maria do Rosario Longo Mortatti¹

PRÓLOGO

Em 2017, integrante de grupos políticos de extrema-direita lançou a "Ideia legislativa" para revogação da Lei n. 12.162, de 13/04/2012, que instituiu o educador brasileiro Paulo como "Patrono da Educação Brasileira". Essa "ideia" foi transformada em "Sugestão legislativa" (47/2017) e tramitou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, que decidiu, em 14/12/2017, manter o título outorgado a esse ilustre educador, pedagogo e filósofo brasileiro.

No texto a seguir, originado de palestra no III Congresso Brasileiro de Alfabetização², em 2017, analiso aspectos da configuração textual da "ideia", buscando compreender seu sentido, num contexto de retrocessos políticos, sociais, culturais e educacionais tenebrosos. Embora a decisão da CDH tenha representado um alento, muitos outros retrocessos continuam se aprofundando, com graves ameaças à democracia e aos direitos humanos resultantes dos avanços de forças de extrema-direita. E as disputas características das eleições gerais que ocorrem no país em 2018 estão a indicar que tempos ainda mais sombrios, inclusive em relação à memória e ao legado de Paulo Freire (duramente atacado em proposta de um dos candidatos à presidência da República) e à educação brasileira, como resultado, dentre outros, da implantação (apesar da mobilização contrária de entidades científicas e educacionais), da Base Nacional Comum

1 Professora Titular – Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "História do ensino de língua e literatura no Brasil"; Presidente Emérita da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização. E-mail: m.mortatti@unesp.br.

2 Com adequações e atualizações, este texto resulta de exposição na Mesa "Alfabetização e construção da democracia: políticas públicas de alfabetização em diálogo", durante III Congresso Brasileiro de Alfabetização – "Diálogos sobre Alfabetização", promovido pela ABAIf e realizado na UFES- Vitória/ES, de 16 a 18/07 2017.





Curricular para a educação infantil e ensino fundamental (aprovada em 20/12/2017), e a do Ensino Médio (em elaboração).

Em 2018, comemoram-se, com eventos e publicações nacionais e internacionais, 50 anos do livro Pedagogia do oprimido, o mais famoso de Paulo Freire. Neste ano, ainda, comemoram-se os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) e os 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). As comemorações exigem também que nos posicionemos, em debates e ações, em defesa da manutenção das conquistas históricas da sociedade brasileira. Contribuir para esse debate é o objetivo do texto a seguir.

Marília/SP, 21/10/2018

Introdução

Dentre importantes eventos políticos cujo centenário se rememora no ano de 2017 e que representam avanços importantes, na história mundial e brasileira, respectivamente, destaco a Revolução de Outubro, na Rússia,³ e a Greve Geral, no Brasil.⁴

Espero que, daqui a cem anos, os das gerações que nos sucederem não tenham que rememorar, lamentando, consequências de retrocessos tenebrosos que ocorrem hoje e ameaçam o futuro da jovem democracia brasileira e da maioria das crianças, jovens, adultos e idosos do país. Dentre esses retrocessos, está a “Ideia legislativa” lançada, em 2017, por integrante de grupos políticos de extrema-direita, para revogação da Lei n. 12.162, de 13/04/2012⁵ que instituiu

3 Em 1917, em 25 de outubro (pelo calendário Juliano russo de então)/07 de novembro (pelo calendário Gregoriano ocidental), o Partido Bolchevique, liderado por Lênin, instaurou o governo socialista soviético.

4 Denominação pela qual ficou conhecida a paralisação geral de operários da indústria e comércio, iniciada em julho de 1917, na cidade de São Paulo, e que se estendeu nos meses seguintes, com forte repercussão nas formas de organização de trabalhadores brasileiros.

5 A Lei n. 12.162, de 13/04/2012 foi sancionada pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), e resultou de Projeto da Deputada Luiza Erundina (PT: 1980-1997; PSB: 1997-2016; PSOL: 2016-atual), aprovado em “decisão terminativa”, por unanimidade, nas comissões de Educação da Câmara e do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/03/06/paulo-freire-e-declarado-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 15 Out. 2017.



o educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)⁶ como “Patrono da Educação Brasileira”.

Por que Paulo Freire e seu método de alfabetização se tornaram um dos alvos de grupos de extrema-direita no Brasil? E por que neste momento da história e da política brasileiras, em que se constata impactos políticos e sociais da ascensão da direita ultraconservadora, como vem também ocorrendo em outros países?

Essas são questões que não comportam respostas fáceis nem restritas às necessárias reações imediatas de contestação/repúdio (por parte daqueles indignados com a flagrante absurdidade da “Ideia”), ou à análise apenas de aspectos da camada mais aparente da configuração do texto da “Ideia”. Questões como essas, instigam também reflexões que possam contribuir para tomada de posição mais fundamentada, visando à proposição de ações combativas e coletivas derivadas da compreensão de seu sentido, na conjuntura atual, como ato não casuístico nem isolado.

Os equívocos e retrocessos contidos nessa investida política contra o educador brasileiro vêm sendo denunciados em contundentes manifestações de caráter necessariamente sucinto e objetivo, conforme sua finalidade imediata. A elas, pode-se acrescentar análise de outros aspectos, que, embora menos visíveis, remetem a armadilhas discursivas características do “diversionismo ideológico” que sintetiza o sentido que atribuo à “Ideia”.

Com esses objetivos, analiso nos tópicos deste texto diferentes aspectos da configuração textual⁷ da “Ideia”, com base na seguinte hipótese interpretativa: a atual investida contra Paulo Freire e seu método de alfabetização pode ser compreendida como síntese representativa de pactos do presente, em que se identificam impactos

6 Para informações biobibliográficas sobre esse educador, ver, especialmente: Gadotti (1996), Freire (2006), Beisegel (2010).

7 Com o termo/conceito “configuração textual”, designo “[...] o conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão.” (MORTATTI, 2000, p. 31)



do passado, relativos a disputas por projetos políticos para a nação subjacentes às disputas em torno de métodos de alfabetização. Explícita, assim, as perigosas relações entre alfabetização, política e democracia. E, por extensão, indica que há muitos e justificados motivos para se temer pelo futuro da democracia, da educação e da alfabetização no Brasil.

A TENTATIVA DE CONDENÇÃO AO “SEGUNDO EXÍLIO” DE PAULO FREIRE⁸

A “Ideia” de revogação da Lei n. 12.162/12, que outorgou a Paulo Freire o título de “Patrono da Educação Brasileira”, foi lançada por Stefanny Papaiano, que, de acordo com algumas raras informações disponíveis na Internet é “[...] blogueira, ativista digital ligada a grupos de extrema direita”⁹, “[...] estudante de direito, coordenadora do movimento Direita São Paulo¹⁰ e apoiadora do projeto ‘Escola Sem Partido’¹¹, que endossa a proposta.”¹²

As justificativas para a revogação da Lei são sucintamente apresentadas no texto transcrito (literalmente) abaixo, disponível (sem identificação direta de autoria) no Portal e-Cidadania do *site* do Senado Federal do Brasil.

Paulo Freire é considerado filósofo de esquerda e seu método de educação se baseia na luta de classes, o socio construtivismo é a materialização do marxismo cultural, os resultados são catastróficos e tal método já demonstrou em

8 Essa formulação é inspirada em afirmação semelhante feita pela Deputada Federal, Luiza Erundina, lembrando o “primeiro” exílio forçado de Paulo Freire, após prisão de 72 dias por ter sido acusado de subversão e perseguido pelo regime militar imposto no Brasil em 1964. No exílio no Chile, escreveu o livro *Pedagogia do Oprimido* (1968), publicado no Brasil somente em 1974.

9 Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2017/10/09/e-lancado-coletivo-paulo-freire-por-uma-educacao-democratica/>. Acesso em: 15 Out. 2017

10 Esse movimento assim se autodefine: “Organização Civil que luta pelo resgate dos valores conservadores: família, pátria, liberdade religiosa, liberdade econômica e respeito às forças armadas.” “Em Novembro de 2014 esta página foi criada com o nome de Agenda de Protestos para divulgar todos os protestos de rua contra o desgoverno de Dilma Rouseff. Ao longo deste tempo também entendemos que para combater a esquerda, não bastava somente fazer protestos, e sim, tomarmos um posicionamento antagônico, sendo assim de Direita.” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/direitasaopaulo/about/?ref=page_internal Acesso em: 21 Out. 2017.

11 Ver nota 29, neste texto.

12 Disponível em: <https://theintercept.com/2017/10/10/escola-sem-partido-quer-apagar-paulo-freire-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 15 Out. 2017.





todas as avaliações internacionais que é um fracasso retumbante.

O professor Pierluigi Piazzzi já alertava para o fracasso do método e vemos na prática o declínio da educação brasileira, não é possível manter como patrono da nossa educação o responsável pelo método que levou a educação brasileira para o buraco.¹³

Dentre os defensores da “Ideia”, está o Deputado Federal, Rogério Marinho (PSDB), também propagandista do movimento Escola Sem Partido e autor do texto “Patrono do Fracasso”¹⁴, onde esse deputado faz as afirmações criticadas pelo “Coletivo Paulo Freire”, no trecho citado abaixo. Segundo esse deputado federal,

[...] a educação brasileira é, por concepção, ruim e precária, sob o fraco argumento de que o sistema de ensino sofre uma negativa e permanente influência do que ele chama de “demagogia política”. O parlamentar atribui ao professor Paulo Freire, (a quem se refere no título de seu artigo como “Patrono do Fracasso”) e seu método de alfabetização, a responsabilidade pela “doutrinação marxista” instalada nas metodologias de ensino. É difundida por ele a ideia de que “abandonou-se a pedagogia para a formação de militantes”, como sendo um dos motivos pelos quais a educação do país apresenta baixos índices se comparada com outras nações.¹⁵

Por meio de consulta pública *on-line*, a “Ideia” para cassar o título de Paulo Freire obteve, bem antes da data limite prevista (13/01/2018), os 20.000 apoios necessários (não havia a opção “não apoio”) e foi convertida na “Sugestão Legislativa” n. 47, de 2017¹⁶, que, desde 11/10/2017, está também em consulta pública (*on-line*)¹⁷ e em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

13 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=90310>. Acesso em 15 Out. 2017.

14 Disponível em: <https://www.novonoticias.com/opiniao/patrono-do-fracasso-por-rogerio-marinho>. Acesso em: 15 Out. 2017.

15 Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2017/10/09/e-lancado-coletivo-paulo-freire-por-uma-educacao-democratica/> Acesso em 15 Out. 2017.

16 Ementa: Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=131196> . Acesso em: 15 Out. 2017.

17 Até 12/11/2017, data de finalização deste texto: mantinha-se a tendência à pequena vantagem quantitativa de votos contrários à “Sugestão” — 19.750 contrários e 19.389 favoráveis —, registrados no Portal e-Cidadania do site do Senado Federal do Brasil; e a matéria estava em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação, tendo como relatora a Senadora Fátima Bezerra (PT).





Decorridos 32 anos desde o fim do período ditatorial imposto no Brasil com o golpe militar (ou civil-militar, ou civil-empresarial-militar) de 1964, 29 anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, 20 anos do falecimento de Paulo Freire, cinco anos da outorga do título em questão e um ano do golpe parlamentar (ou jurídico-parlamentar, ou midiático-jurídico-parlamentar) de 2016, por meio do qual a Presidenta da República, Dilma Roussef, foi afastada do cargo¹⁸, o lançamento dessa “Ideia”, suas justificativas e a quantidade de apoios que a converteram rapidamente em “Sugestão legislativa” causaram — com igual rapidez — perplexidade e indignação, naqueles que (re)conhecem a importância do legado desse educador brasileiro.

19

Como forma de luta contra o retrocesso, entidades, políticos e intelectuais organizaram ações e manifestos em defesa da manutenção do título de “Patrono da Educação Brasileira”, da educação e da democracia brasileiras.

Em 25/09/2017, o Instituto Paulo Freire (IPF) – Brasil²⁰ e o Conselho Mundial dos Institutos Paulo Freire lançaram a “Carta Aberta ao Congresso Nacional do Brasil” (em português, espanhol e inglês) e

18 A Presidenta fora eleita em dois pleitos sucessivos, tendo ocupado o cargo entre 2011 e 2014 e entre 2015 e 31/08/2016, quando foi afastada pelo golpe, e o Vice-Presidente assumiu o cargo de Presidente da República.

19 Não menos perplexidade e indignação causou a alteração feita no dia 28/06/2016, na biografia de Paulo Freire na Wikipedia. As informações alteradas “[...] atribuem a ele a origem da ‘doutrinação marxista’ nas escolas e universidades. Grupo que monitora as alterações feitas em páginas da Wikipedia identificou que as mudanças partiram de uma rede do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). No verbete editado, consta que Freire participou da última grande reforma da legislação educacional que resultou em um ensino ‘atrasado, doutrinário e fraco’.” Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/artigo-na-wikipedia-sobre-paulo-freire-e-alterado-em-rede-do-governo> . Acesso em 15 Out. 2017.

20 Criado em 1994, “O Instituto Paulo Freire (IPF) surgiu a partir de uma ideia do próprio Paulo Freire (1921-1997) [...] Em 6 de março de 2009, o Ministério da Justiça do Brasil concedeu ao IPF o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), consolidando a sua possibilidade institucional de trabalhar com programas e projetos sociais, culturais, ambientais e educacionais, por meio de parcerias com diferentes instituições governamentais. Atualmente, considerando-se Cátedras, Institutos Paulo Freire pelo mundo e o Conselho Internacional de Assessores, o IPF constitui-se numa rede internacional que possui membros distribuídos em mais de 90 países em todos os continentes, com o objetivo principal de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire. [...] A missão do IPF é ‘educar para transformar’, dando continuidade e reinventando o legado freiriano na promoção de uma educação emancipadora, combatendo todas as formas de injustiça, de discriminação, de violência, de preconceito, de exclusão e de degradação das comunidades de vida, com vistas à transformação social e ao fortalecimento da democracia participativa, da ética e da garantia de direitos.” Disponível em: <http://www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire> . Acesso em 15 Out. 2017.



uma petição *on-line*²¹, nas quais destacam a importância da atuação e da obra desse educador e conclamam o Parlamento brasileiro a rejeitar firmemente a “Sugestão legislativa”.

Como parecem ignorar muitos de gerações mais novas — a exemplo da proponente da “Ideia” e dos grupos que integra —, Paulo Freire

[...] é reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes educadores e [pensadores] do século XX [...] vem sendo mundialmente reconhecido como autor de um legado intelectual e educacional que vem sendo aplicado em todos os níveis, modalidades e graus de ensino, em diferentes lugares do mundo [e] considerado um dos pensadores mundialmente mais lidos e mais referenciados.

[...]

O acervo de Paulo Freire, que fica no Instituto Paulo Freire, em São Paulo, Brasil, é reconhecido como patrimônio da humanidade, em âmbito nacional e latino-americano, pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO/Memory of the World (MOW), tendo o mesmo reconhecimento no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) do Brasil²². (INSTITUTO PAULO FREIRE..., 2017)

Outra iniciativa importante na luta contra o retrocesso da “Ideia” é o Coletivo Paulo Freire por uma Educação Democrática, lançado em 09/10/2017, na cidade de São Paulo, encabeçado pela Deputada Federal, Luiza Erundina, com a participação de Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), viúva do educador, e com apoio de pensadores, educadores e movimentos em defesa da educação.

O objetivo do grupo será ir além do debate e discussão de estratégias para defender o título de Patrono da Educação de Paulo Freire, [e] pretende fazer frente ao avanço do conservadorismo e do retrocesso que tem dominado a pauta nacional, desde o golpe impetrado em 2016, contra uma presidente legitimamente eleita e que encontra na figura de Paulo Freire, por seu compromisso primordial com a emancipação das classes trabalhadoras, e desejando-lhe a revogação do título de Patrono da Educação Brasileira, o rompimento com as bases estruturantes para a construção de

21 A petição está disponível em: https://www.peticao24.com/paulo_freire_patrono_da_educacao_brasileira.

Em 12/11/2017, contava com 21.528 assinaturas.

22 Em 01/11/2017, o Coletivo Paulo Freire divulgou a notícia que o patrimônio documental do Arquivo Paulo Freire foi aprovado no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/international-advisory-committee-recommends-78-new-nominations-unesco-memory-world>. Acesso em 05 Nov. 2017.





uma sociedade livre, emancipadora e humana. (COLETIVO PAULO FREIRE..., 2017)

Em 16/10/2017, esse Coletivo lançou o Manifesto “Defender Paulo Freire como ‘Patrono da Educação Brasileira’ é defender nossa produção intelectual, a boa prática pedagógica e o próprio Brasil.”²³, no qual se apresentam aspectos da vida e obra do educador, endereçados “para quem desconhece os fatos”.

Movimentos ultraconservadores querem tirar de Paulo Freire o título de “Patrono da Educação Brasileira”. As signatárias e os signatários deste Manifesto expressam sua contrariedade perante tamanha injustiça, fruto do desconhecimento da pedagogia como ciência, da História da Educação e da própria História do Brasil.

[...]

Como cidadão, [Paulo Freire] sonhou em alfabetizar todas as brasileiras e todos os brasileiros, criando a principal proposta emancipadora de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Educação Popular e da Educação como Direito Humano.

[...] foi, essencialmente, um homem generoso e coerente. Sua produção teórica e leitura de mundo alimentaram sua prática cidadã e política – e por elas foram alimentadas. Criador de uma pedagogia viva, concebeu a educação como apropriação da cultura e teorizou uma prática pedagógica alicerçada na conscientização dos cidadãos e das cidadãs por meio do diálogo entre o educador e o educando. Dedicada à emancipação plena de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a teoria freireana busca a construção de um mundo mais humanizado, afirmando que é preciso que todas e todos aprendam a ler o mundo e as palavras, ampliando os repertórios, desenvolvendo o senso crítico, a autonomia intelectual e a solidariedade. [...] Entre inúmeras honrarias, foi laureado com 41 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades distribuídas por todo o mundo, sendo Professor Emérito de 5 universidades, incluindo a Universidade de São Paulo (USP). Também foi agraciado com diversos títulos da comunidade internacional, como o prêmio da UNESCO de Educação para a Paz, em 1986. (COLETIVO PAULO FREIRE..., 2017)

Registro, ainda, pelo menos duas outras iniciativas: assim como algumas entidades acadêmico-científicas, a Associação Brasileira de

23 As duas primeiras assinaturas são, respectivamente, de Nita Freire e de Luiza Erundina (durante cuja gestão (1989-1992) como prefeita da capital paulista, Paulo Freire foi Secretário Municipal da Educação). Em 21/10/2017, o Manifesto contava com 400 assinaturas de cidadãs e cidadãos brasileiros e de países da África Lusófona e de Portugal, além de 81 entidades, organizações e movimentos.





Alfabetização (ABAlf) se manifestou, por meio de “Nota de repúdio da ABAlf/I Fórum Nacional de Alfabetização/ XXIII Fórum Permanente de Alfabetização do Espírito Santo”, na qual enfatiza que Paulo Freire será sempre o Patrono da Educação Brasileira e o Patrono da ABAlf²⁴; e, na Assembleia Legislativa de São Paulo, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei n. 998/2017, do deputado Carlos Gianazzi (PSOL), com a seguinte ementa: “Declara o educador Paulo Freire como o Patrono da Educação Paulista”.

ERROS TEÓRICO-CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA “IDEIA”

A “Ideia” de cassar o título de Paulo Freire não é, como destaquei, uma iniciativa casuística nem isolada, do ponto de vista seja do presente seja do passado político e, em especial, da educação e da alfabetização no Brasil.

Na conjuntura atual, integra ideologia de extrema-direita, radical e ultraconservadora, que avança em escala mundial e nacional, com graves implicações nas esferas da política e da organização social de nações e da vida das pessoas.

No caso brasileiro, essa ideologia está diretamente articulada à conjuntura política na qual se preparou e se impôs o golpe parlamentar consumado em 31/08/2016, e que vêm resultando na implementação, com espantosa agilidade e sem participação popular, de medidas que representam alarmantes retrocessos²⁵ em relação às lentas

24Esse título outorgado pela ABAlf, como homenagem póstuma ao educador brasileiro, resultou de proposta do Prof. Dr. Sérgio Leite (FE/Unicamp), aprovada por aclamação na Assembleia de fundação da Associação, realizada em 12/07/2012. Nessa Assembleia, foi também aprovado por aclamação o nome da Profa. Dra. Magda Soares, como Presidente de Honra. Não por acaso, nem por coincidência, a fundação da ABAlf e a aclamação de seu patrono, representaram importantes iniciativas vinculadas à compreensão da necessidade de congregação de esforços de intelectuais, pesquisadores e professores, para discussão, proposição de ações e implementação de políticas para alfabetização e educação no Brasil, articuladas ao projeto de nação democrática que se deseja(va) construir, desde o fim da ditadura militar imposta em 1964. Informações sobre a ABAlf estão disponíveis em: <http://www.abalf.org.com>.

25 Como exemplos desses retrocessos, podem ser destacados, dentre muitos outros: a PEC 55, de 13/12/2016, que congela, por 20 anos, gastos públicos de União, Estados e Municípios, com base na inflação do ano anterior; a Reforma Trabalhista já em vigência (Lei n. 13.467, de 13/07/2017); a “Reforma da Previdência” em tramitação; o corte orçamentário de 44% para ciência e tecnologia; a Portaria n. 1129, de 16/10/2017, que altera o conceito de trabalho análogo ao da escravidão e os procedimentos de investigação e de divulgação da chamada “lista suja” das empresas que usam



conquistas da maioria da sociedade brasileira, desde 1985, com o fim da ditadura militar. Está também articulada com outras iniciativas de movimentos e grupos políticos de extrema-direita, que defendem o capitalismo e ideologias econômicas neoliberais, como desregulação do mercado, propriedade privada e “meritocracia”. Dentre esses movimentos, ganharam notoriedade no país o Movimento Brasil Livre (MBL)²⁶, que atua sobretudo por meio de redes sociais e de forma agressiva no âmbito da política institucional (embora se digam apartidários e apolíticos), e o movimento Escola Sem Partido (ESP)²⁷, que atua contra alvo mais pontual, contando com a adesão do MBL, de setores evangélicos (notadamente as igrejas neopentecostais) e de políticos que defenderam o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

esse tipo de mão de obra; a probabilidade de o Brasil voltar a constar no “mapa da fome” da ONU, depois de ter deixado de figurar nesse “mapa” desde 2014.

²⁶ O MBL “[...] entidade civil criada em 2014 para combater a corrupção e lutar pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), recebeu apoio financeiro, como impressão de panfletos e uso de carros de som, de partidos políticos como o PMDB e o Solidariedade. Quando fundado, o movimento se definia como apartidário e sem ligações financeiras com siglas políticas. Em suas páginas em redes sociais, fazia campanhas permanentes para receber ajuda financeira das pessoas, sem ligações financeiras com siglas políticas.” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>.

Acesso em 15 Out. 2017 Esse movimento “[...] criou um grupo de WhatsApp chamado ‘MBL – Mercado’, que [...] serviria como interface entre o movimento e executivos de médio e alto escalão do mercado financeiro [para] levantar dinheiro para financiar o MBL e levar as pautas dos executivos às discussões públicas e aos encontros a portas fechadas que os membros do MBL teriam com políticos e lideranças nacionais. [...] o MBL [...] tem uma relação utilitarista com o político: não o defende abertamente, mas se utiliza do poder de pressão para aprovar a agenda política, cultural e econômica do movimento.” Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>. Acesso em: 15 Out. 2017. Esse grupo assim como o Instituto Liberal e o Instituto Millenium, integram a Atlas Network, organização estadunidense que incentiva a criação de *think tanks* e lideranças políticas ultraliberais no mundo todo, financiando jovens latino-americanos como os do MBL. Disponível em: <http://independente.jor.br/mbl-instituto-liberal-e-millenium-compoem-rede-de-think-tanks-dos-eua/> Acesso em: 15 Out. 2017.

²⁷ “Escola Sem Partido” (ESP) é uma proposta/programa/movimento de grupos de ultradireita, que afirmam representar pais e estudantes contrários ao que denominam “doutrinação ideológica marxista” nas escolas. Apresentada inicialmente em 2004, pelo procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, a proposta foi retomada com vigor, em 2014, após encontro do proponente com membros da família Bolsonaro. Nagib [também vinculado ao Instituto Millenium], disponibilizou em seu *site* os dois anteprojetos e desde então deputados e vereadores, em sua grande maioria ligados a bancadas religiosas, começaram a propor leis em suas respectivas casas e também no Senado Federal, onde foi consubstanciada em Projeto de Lei do Senado, PLS 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR/ES), com a seguinte ementa: “Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ‘Programa Escola sem Partido’”, que torna obrigatória a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio um cartaz com o que os proponentes do ESP consideram ser “deveres do professor”. Atualmente, está em “consulta pública” *on-line* no Portal e-Cidadania do *site* do Senado Federal do Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666&voto=contra>. Acesso em: 05 Nov. 2017. Para detalhada análise crítica do ESP, ver, especialmente: Frigotto (2017).





A essas investidas contra conquistas históricas da sociedade brasileira, acrescentam-se, como “contribuições” do governo federal, após o golpe parlamentar de 2016, retrocessos impostos, no âmbito da educação, como: as alterações na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) 9394, de 1996, e no Plano Nacional de Educação; a imposição da Reforma do Ensino Médio²⁸ e da Base Nacional Comum Curricular²⁹.

É nessa conjuntura política de ataques à democracia — e, por isso, a educação é um dos alvos recorrentes — que cassar o título de Paulo Freire parece “natural” e autoexplicável e à propositora e aos apoiadores da “Ideia”, que, considerando-se eximidos de responsabilidade ética e moral sobre afirmações/opiniões levianas e infundadas, evidenciam arrogante ignorância sobre o assunto assim como as perigosas ligações entre alfabetização, política e democracia

Na camada mais aparente (conteúdo, forma e estrutura) da configuração textual da “Ideia”, podem também se identificar armadilhas discursivas evidenciadas por um misto de ignorância e má-fé, que geram reações imediatas ou de adesão ou de repulsa.

Além da ausência de qualquer fundamentação lógica/racional, as justificativas para a revogação da Lei n. 12.162, de 13/04/2012, contêm erros graves, decorrentes de premissas falsas/sofismas

28 Lei nº 13.415, de 16/02/2017 - Reforma do Ensino Médio - altera LDB. Editada/imposta por Medida Provisória, a Lei 13.415 instituiu o que o governo chamou de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e mudou totalmente o currículo do ensino médio. “A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio, com flexibilização da grade curricular, justificada pelo MEC pelo objetivo de favorecer às escolas e aos estudantes a escolha de ‘percursos formativos’, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01 Acesso em: 15 Out. 2017

29 “O PL 4486/2016 que altera o Plano Nacional de Educação – PNE, visando que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, mediante proposta do Poder Executivo, seja aprovada pelo Congresso Nacional teve solicitação de regime de urgência. Isso significa que Rogério Marinho e equipe, do PSDB, não desistiram de levar a BNCC para que seja convertida em LEI no Congresso Nacional. Convertida em Lei, a BNCC teria outro peso e um grau impositivo ainda maior do que somente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Por outro lado, na tramitação, o Congresso poderia modificar a BNCC ao gosto dos radicais que eventualmente ainda não se sintam satisfeitos com a BNCC – incluídos aí os defensores da Escola Sem Partido e as visões que propõem mudar a educação a poder de lei. Vale lembrar ainda que está em fase final de tramitação a Lei de Responsabilidade Educacional que pune gestores por não atingir metas educacionais e o ENAMEB que vai avaliar professores em exercício e licenciandos. Configura-se assim uma proposta de reforma empresarial da educação das mais radicais já superadas mesmo no país de sua origem, os Estados Unidos. É a nossa tradição autoritária guiando a reforma educacional associada ao conservadorismo liberado pelo golpe de 2016.” (FREITAS, 2017).



involuntários(?), embora seus autores possivelmente suponham que as afirmações sejam corretas e deliberadas. De fato, até podem ser consideradas deliberadas, em relação aos objetivos de desqualificar, e involuntárias, em relação ao desconhecimento em que se baseiam. No entanto, visam a produzir ou produzem, em seus apoiadores, ilusão da verdade, de acordo com as regras, também semânticas e sintáticas, da lógica da ideologia que defendem.

Desconsiderando-se (se fosse possível) as marcas ideológicas da "Ideia", até poderia caber *qualificar* Paulo Freire como "filósofo de esquerda". No entanto, os demais erros são injustificáveis, do ponto de vista teórico-conceitual e histórico, embora possam ser justificáveis do ponto de vista da lógica que integram, quando analisados articuladamente aos demais aspectos da configuração textual (autoria, interlocutores, motivos, finalidades, lugar social e contexto histórico), de cuja inter-relação depende o sentido de absurdidade que se lhe pode atribuir.

Um aspecto formal/estrutural que chama imediatamente a atenção é o desconhecimento, por parte da provável "redatora", de regras gramaticais (ortográficas e sintáticas) da norma culta escrita da língua portuguesa e do padrão de redação imprescindíveis em documentos que visam a se tornar oficiais, especialmente quando redigidos por estudante universitária (supostamente não atingida pelo "fracasso da educação brasileira", de que acusam Paulo Freire), integrante de grupos que se consideram "esclarecidos" e (a)políticos e se apresentam como conservadores, não transgressores de regras, inclusive as gramaticais.

Com muita boa-vontade, até se poderia interpretar esses erros como intencionais, para criar talvez efeito de obviedade persuasivamente indiscutível, por meio de uma espécie de tentativa de imitação do registro linguístico informal/oral, utilizado pela maioria da população. Considerando, no entanto, os demais aspectos da configuração textual da "Ideia", interpretação desse tipo equivaleria a superestimar a consciência política e linguística de sua redatora/propositora e dos grupos que representa.



O conteúdo, por sua vez, evidencia tom de doutrinação ou de intenção doutrinária, que reduz o pensamento de Paulo Freire a fórmulas simplistas, típicas de “palavras de ordem” utilizadas pelos que defendem posições sectárias e intolerantes: desconhecer/não querer sequer conhecer o Outro e pensamentos outros e acusá-los por serem diferentes da ideologia auto-referenciada.

Esse tom doutrinário e sectário, que faz se destacar a sobredeterminação dos fins em relação aos meios, evidencia também os graves erros teórico-conceituais e históricos que passo a destacar e comentar.³⁰

a) “[...] seu método de educação se baseia na luta de classes”

Essa afirmação contém dois erros básicos em relação ao pensamento de Paulo Freire.

A filosofia da educação freireana não se reduz a um (o seu) “método de alfabetização”, estando essa afirmação baseada em dois equívocos: o “Método Paulo Freire” é apenas um aspecto do pensamento desse educador; e “método” não é o único e decisivo aspecto do ensino-aprendizagem, nem tampouco mero conjunto de procedimentos a orientar a ação didática, isoladamente dos demais aspectos envolvidos no ensino inicial da leitura e da escrita. Apesar da pretensa crítica político-ideológica, essa afirmação, além de sofismática, apenas reitera ignorância e repetição do senso-comum pedagógico.

E o fato de Paulo Freire levar em conta a “luta de classes” (conceito que propositores da ideia certamente desconhecem) não significa que ele defenda algo como uma estratégia de ação política centrada na “luta armada”. Ao contrário, em seus escritos e ações, sempre defendeu a importância da educação como conscientização e formação humana, para superar as desigualdades sociais e contribuir para a construção de sociedade mais justa, sem que os oprimidos

30 Erros teóricos, conceituais e históricos não são exclusivos da propositora da “Ideia”. Muitos professores e pesquisadores cometem erros desses tipos. Deve-se considerar, porém, que nesses casos são praticados de boa-fé mesmo que na maioria das vezes sejam também injustificados.





passem a ser opressores, sem que se invertam os agentes da dominação.

b) “[...] o socio construtivismo é a materialização do marxismo cultural”

Certamente a propositora e grupos que integra não “têm noção” do significado do termo “socioconstrutivismo”, com o qual identificam o “método Paulo Freire”. Trata-se, porém, de identificação equivocada, injustificada e inexplicável, seja pelo anacronismo seja pelos erros teórico-conceituais e históricos que evidencia.

O “método Paulo Freire”, como ficou conhecido, foi desenvolvido por esse educador, na década de 1960, para enfrentar os problemas da alfabetização de adultos, e por ele aplicado inicialmente na cidade de Angicos/RN.³¹ “Socioconstrutivismo”, por sua vez, é expressão utilizada por educadores brasileiros a partir da década de 1990. Não se trata de “método de educação/alfabetização”, nem de *uma* teoria de ensino ou de aprendizagem. Em sua aplicação e disseminação no Brasil, esse termo tem funcionado como “fórmula” a designar uma espécie de *equivocada* solução conciliatória entre diferentes implicações didático-pedagógicas — especialmente para a alfabetização — apresentadas por defensores da teoria construtivista do biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, Jean Piaget (1896-1980), e por defensores da teoria “histórico-cultural” do psicólogo bielorusso

31 Como se pode ler na página de Paulo Freire, na Wikipedia, cujo conteúdo original parece ter sido restabelecido, “Freire aplicou publicamente seu método pela primeira vez no Centro de Cultura Dona Olegarilha, um círculo de cultura do Movimento de Cultura Popular no Recife. Foi aplicado inicialmente a cinco alunos, dos quais três aprenderam a ler e escrever em 30 horas e outros dois desistiram antes de concluir. Baseado na experiência de Angicos, em janeiro de 1963, onde em 45 dias, alfabetizaram-se 300 trabalhadores, João Goulart, presidente do Brasil na época, chamou Paulo Freire para organizar o Plano Nacional de Alfabetização. Este plano, iniciado em janeiro de 1964, tinha como objetivo alfabetizar 2 milhões de pessoas em 20 000 círculos de cultura, e já contava com a participação da comunidade - só no estado da Guanabara, se inscreveram 6 000 pessoas. Mas, com o Golpe de Estado no Brasil em 1964, em abril, toda essa mobilização social foi reprimida e Paulo Freire foi considerado subversivo, sendo preso e, depois, exilado. Assim, esse projeto foi abortado. Em seu lugar, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização, igualmente uma iniciativa para a alfabetização, porém distinta do método freiriano.[Em Angicos/RN], alfabetizou 300 cortadores de cana de açúcar em apenas 45 dias, isso porque o processo se deu em apenas quarenta horas de aula e sem cartilha. Freire criticava o sistema tradicional de alfabetização, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa, o que, comumente, se denomina como “linguagem de cartilha”: por exemplo, Eva viu a uva, o boi baba, a ave voa, dentro outros.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9todo_Paulo_Freire . Acesso em: 15 Out. 2017.





Lev S. Vygotsky (1896-1934), disseminada no Brasil, a partir da década de 1980.³²

Mesmo no sentido equivocado que aponto acima, o “socioconstrutivismo” não pode ser, em si, considerado “marxista” (embora a teoria de Vygotsky tenha base marxista), porque, nas apropriações brasileiras: a teoria piagetiana, que *não* é marxista, tem precedência cronológica, pois, especialmente na segunda metade do século XX, já estava disseminada, como inovadora, entre educadores do país, e influenciou e continua influenciando a elaboração de programas oficiais e políticas pública para alfabetização; e a tentativa (equivocada, insisto) de conciliação ocorrida a partir da década de 1980 decorreu justamente da necessidade de os piagetianos brasileiros acrescentarem o qualificativo “social” ao “construtivismo”, para defenderem seus estudos e o pensamento do epistemólogo suíço. O que se tem hoje, portanto, é um ecletismo teórico-metodológico em que, à base teórica piagetiana hegemônica³³ nas políticas públicas, acrescentaram-se aspectos colaterais/terminológicos da teoria vigotskiana, a qual não foi, de fato, incorporada como base teórica da educação/alfabetização no Brasil.

Também conforme motivos apontados acima, é equivocada e sofismática a identificação entre “socioconstrutivismo” e “marxismo cultural”, expressão que designa

[...] uma estratégia discursiva utilizada predominantemente pela direita brasileira para anular as práticas opostas aos seus objetivos, as colocando sob a classificação de “marxistas”, “de esquerda”, “comunistas”. Esta estratégia generaliza todas as práticas não conservadoras como de esquerda radical ou manipuladas pela esquerda radical. [...] Virou moda dizer que existe um plano maquiavélico por trás do governo do PT, uma escalada alternativa para a sociedade comunista que seria pautada em pequenas mudanças gradativas na cultura e nas instituições ao invés da tomada do poder à força, modelo de implantação do comunismo supostamente fracassado no século passado. Este argumento é encabeçado por

32 Para detalhamento das reflexões sobre o assunto, conforme abordado neste tópico, ver, especialmente: Mortatti, 2000; 2010; 2013.

33 Utilizo aqui esse adjetivo em referência ao conceito de “hegemonia” formulado pelo filósofo marxista italiano, Antonio Gramsci (1978).





personalidades como Olavo de Carvalho³⁴, pelo site Mídia Sem Máscaras, por Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino. É comum ler que tal estratégia (a da dominação pela cultura) nasceu das análises culturais da Escola de Frankfurt e do filósofo marxista Antonio Gramsci e seu conceito de hegemonia cultural. (SIQUEIRA, 2014)

De forma resumida, eles entendem que seria como uma ação conjunta de governos e instituições para demolir os valores do Cristianismo e impor um relativismo cultural e leis a favor do aborto, do casamento homoafetivo, da pedofilia, entre outras coisas, além de um controle estatal da economia e da cultura que implantaria o comunismo paulatinamente sem necessidade de uma revolução proletária. Tudo isso teria inspiração em autores tão distintos como Gramsci, a Escola de Frankfurt, Foucault e outros. Para eles, o PT já estaria fazendo isso no Brasil. (SOUZA, 2016)

c) “[...] tal método já demonstrou em todas as avaliações internacionais que é um fracasso retumbante.” “O professor Pierluigi Piazzini já alertava para o fracasso do método e vemos na prática o declínio da educação brasileira, não é possível manter como patrono da nossa educação o responsável pelo método que levou a educação brasileira para o buraco.”

Além da utilização de termos chulos e inadequados e dos erros gramaticais, essas afirmações são também equivocadas e sofismáticas.

Como apontei, o “método Paulo Freire” não foi utilizado “na prática”, nem em larga escala, como base teórica oficial e hegemônica em programas oficiais e políticas públicas de educação (ensino fundamental regular)/alfabetização (especialmente escolar) no Brasil. Por isso, não se pode acusá-lo de responsabilidade pelo “declínio da educação brasileira” e pelo “fracasso retumbante” “em todas as avaliações internacionais”

Com certeza, “avaliações internacionais” se refere ao *Programme for International Student Assessment* (Pisa) (Programa

³⁴ Olavo Carvalho, que se apresenta como escritor, ensaísta, jornalista e filósofo brasileiro, é “[...] um dos principais representantes do conservadorismo brasileiro. Em sua juventude, foi militante comunista, inclusive sendo membro do Partido Comunista Brasileiro, de 1966 a 1968, tendo feito oposição durante todo o período do regime militar, mas posteriormente decepcionou-se com a ideologia e tornou-se anticomunista convicto. É apontado como o responsável pelo surgimento da Nova Direita no Brasil.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_de_Carvalho. Acesso em: 15 Out. 2017.



Internacional de Avaliação de Estudantes), coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “[...] havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep.”³⁵ Como se sabe, porém, essa avaliação se assenta em princípios doutrinários do neoliberalismo econômico e político, e sua aplicação no Brasil decorre de ditames de organismos internacionais a que se alinham políticas econômicas e educacionais brasileiras, especialmente a partir do governo (em dois mandatos: 1995-1998; 1999-2002) do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Por esses motivos, é sempre

[...] necessário recordar que a história da alfabetização (assim como a história da educação) não se iniciou em nosso país com as denúncias e declarações de organismos multilaterais, nem com as iniciativas implementadas mais sistematicamente a partir da Declaração de Jomtien (1990) e reiteradas com a Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012). Também não foi por causa dessas iniciativas que se puderam constatar a existência e a persistência do analfabetismo e dos problemas da alfabetização escolar e que se elaboraram e se implementaram propostas para solucioná-los, buscando, para isso, desconsiderar que as soluções do passado também são constitutivas dos avanços e dos problemas do presente. (MORTATTI, 2013, p. 23-24)

Quanto a Pierluigi Piazzzi (1934-2015), citado no texto da “Ideia” como “autoridade” (!) sobre o assunto, trata-se de ativista de extrema-direita, ligado ao grupo de Olavo de Carvalho, e que atuou como professor de curso pré-vestibular, apresentador de programa radiofônico e professor de

*[...] Inteligência Artificial e Configuração de Redes Neurais num curso de Engenharia da Computação [e] conseguiu identificar os erros no sistema educacional brasileiro. Por mais de dez anos viajou pelo Brasil e visitou centenas de escolas fazendo palestras para pais, alunos e professores e mostrando como evitar esses erros.*³⁶

³⁵ O Pisa “[...] é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 8º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.” Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em 15 Out. 2017.

³⁶ Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/ex-apresentador-da-radio-jovem-pan-pierluigi-piazzzi-morre-aos-72-anos.html>. Acesso em: 15 Out. 2017.





[...] lutou como um leão contra o socioconstrutivismo, que destruiu a inteligência das crianças brasileiras.³⁷

Como se pode constatar, por meio dos erros teórico-conceituais e históricos apontados, o “método Paulo Freire” não integrou, nem integra políticas públicas e nunca foi hegemônico na educação brasileira. Paulo Freire e seu método sejam mais conhecidos no exterior do que no Brasil. Portanto, pode-se afirmar que esse educador não é o responsável pelo “fracasso retumbante” da educação brasileira, menos ainda da alfabetização escolar de crianças, em que se tornou hegemônico o construtivismo piagetiano, que *não é de esquerda* e foi oficialmente implementado como correlato didático-pedagógico de políticas neoliberais, como ocorreu, no Estado de São Paulo, durante a gestão de governadores do PMDB (entre 1983 e 1998) e do PSDB (de 1999 até hoje) e, em nível federal, a partir dos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Se há algo que se pretende, ainda que equivocadamente, como “novo” apresentado por esse grupo e neste momento histórico, talvez seja “acusar” o educador brasileiro e seu método de serem “de esquerda”. Mas, mesmo essa pretensamente “nova acusação” não se sustenta, por pelo menos dois motivos: ele já fora acusado de subversão, o que lhe custou o exílio; e acusar métodos de alfabetização de serem a causa do fracasso da educação/alfabetização é uma tradição secular, no Brasil.

O PACTO RENOVADO/ATUALIZADO

Apesar de especificidades contemporâneas, relativamente a autoria, interlocutores, motivo, finalidades, conteúdo e forma, a lógica em que se fundamenta a “Ideia” de revogação do título de Paulo Freire não é nova, especialmente na história da educação e da alfabetização no Brasil. Trata-se de reiteração em versão neoliberal e ultraconservadora de característica verificável desde o final do século XIX (MORTATTI, 2000), destacadamente em normatizações, com

³⁷Disponível em:

<https://www.facebook.com/carvalho.olavo/photos/a.275188992633182.107374182.8.275181425967272/467210513431028>. Acesso em: 15 Out. 2017.





interpenetração (por imposição ou mútua influência) em tematizações e concretizações³⁸, em particular sobre o ensino inicial da leitura e escrita, considerado estratégico para a execução e consolidação de projetos políticos para a nação.

No movimento histórico da alfabetização no Brasil, a educação escolar, uma das utopias da modernidade, por excelência, pode ser compreendida como um aspecto da vida humana e social em que se manifestam contradições, em especial aquelas derivadas da associação entre escola e alfabetização.

Crença do século XIX europeu e argumento central de debates políticos sobre a universalização da instrução elementar, essa associação nos é legada, principalmente, por um modelo republicano efetivado, na França, com as leis escolares de 1880: obrigatoriedade, gratuidade e laicização dos programas e pessoal docente [...]

No âmbito desse projeto, a alfabetização é vista como um instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. Ler e escrever se tornam, a partir de então, fundamento da escola obrigatória, leiga e gratuita e, "definitivamente", objeto de ensino e aprendizagem escolarizados, ou seja, submetidos à organização sistemática, tecnicamente ensinável e demandando preparação de profissionais especializados. (MORTATTI, 2000, p. 296; 297)

Do ponto de vista dessa concepção de educação escolar, que indica passagem do sentido religioso ao moderno e da alfabetização restrita à alfabetização das "massas", leitura e escrita se apresentam como um momento de mudança — para o Estado e para o cidadão —, e a alfabetização se tornou índice de medida e testagem da eficiência da ação modernizadora da educação contra a barbárie. (MORTATTI, 2000) E, por isso, as evidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm, cada vez mais, sendo questionadas, considerando a incapacidade da escola pública em dar

38 Trata-se de termos utilizados para classificar, em relação ao conteúdo, finalidade e forma de veiculação, as fontes documentais da pesquisa cujos resultados são apresentados em Magnani (1997)/Mortatti (2000) e que se referem a: tematizações — contidas especialmente em livros, artigos, teses e dissertações, dentre outros; normatizações — contidas em legislação de ensino/documentos oficiais (leis, decretos, regulamentos, portarias, programas e similares), dentre outros; e concretizações — contidas em livros didáticos e material produzido por professores e alunos no decorrer das atividades didático-pedagógicas, dentre outros.



conta de sua tarefa histórica fundamental de responder às urgências sociais e políticas que lhe dão sustentação.

No entanto, esses questionamentos não são exclusivos de nossa época. Ainda que de outros pontos de vista e por meio de outras formulações, esse “fracasso” da educação vem se apresentando como problema estratégico a demandar soluções urgentes e gerando acirradas disputas entre administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores, desde, pelo menos, o final do século XIX brasileiro. (MORTATTI, 2000)

Em Mortatti (2000), enfoco a “questão dos métodos” de alfabetização, com ênfase na província/estado de São Paulo, entre 1876 e 1994, abordando quatro momentos cruciais na história da alfabetização e apresentando/problematizando as versões dos sujeitos que, em cada um desses momentos, produziram tematizações, normatizações e concretizações, propondo e impondo soluções para os problemas relacionados ao ensino inicial da leitura e escrita.

Nessas versões, por sua vez, pode-se observar a recorrência discursiva da mudança, marcada pela tensão constante entre modernos e antigos — ou entre mais modernos e modernos —, no âmbito de disputas pela hegemonia de métodos de alfabetização, face mais visível das disputas em torno da alfabetização escolar, mas, sobretudo, pela hegemonia de projetos políticos para a nação. Em decorrência, foi se consolidando o interesse pela alfabetização como área estratégica, caracterizando um pacto, sempre atualizado/renovado, entre alfabetização (métodos e resultados) e política (projetos para a nação). (MORTATTI, 2000)

Embora com diferentes contextos e finalidades imediatas, para seus propositores a mudança exige sempre uma operação de diferenciação qualitativa, mediante a reconstituição sintética do passado (e, em particular, do passado recente, sentido como presente, porque operante no nível das concretizações), a fim de homogeneizá-lo e esvaziá-lo de qualidades e diferenças, identificando-o como portador do antigo — indesejável, decadente e obstáculo ao progresso —, buscando-se definir o novo — melhor e mais desejável — ora



contra, ora independente em relação ao antigo, mas sempre *a partir dele*. Para viabilizar a mudança, torna-se, assim, necessário produzir uma versão do presente/passado (recente), e desqualificá-lo, como se se tratasse de uma herança incômoda, que impõe resistências à fundação do novo. (MORTATTI, 2000)

Na insistência em marcar e tematizar a diferença, podem-se encontrar também, entre os que propõem a descontinuidade, semelhanças indicadoras da continuidade. Uma dessas semelhanças está contida na “querela dos métodos”. Mesmo que postulando a mudança dos métodos de alfabetização, no âmbito dessa “querela” os sujeitos se movimentam em torno de um mesmo eixo, que integra aquele pacto original. (MORTATTI, 2000) Explicitamente, o movimento de mudança se fundamenta no (falso) princípio segundo o qual a eficácia da alfabetização depende exclusivamente dos métodos de ensino utilizados; e, de modo implícito, indica um princípio inconfessável, porque denunciaria, como aparente contradição, um princípio político que os propositores da mudança sempre intencionam ocultar: alfabetização *não* é questão técnica, *nem* politicamente neutra.

Decorridos 128 anos desde a implantação do modelo republicano de escola no Brasil, continuam sendo denunciados, com base nesses mesmos princípios, o fracasso da escola pública em alfabetizar. E, na conjuntura atual, aquele pacto original se renova, atualizando-se por meio do ataque a Paulo Freire e seu “método de alfabetização”, por representarem “doutrina marxista”, segundo seus “denunciadores”.

Portanto, se há algo que se possa levar em conta nas fráguas e precárias justificativas explicitadas para cassar o título de Paulo Freire talvez sejam exatamente aspectos de que cujo significado seus proponentes não tenham ideia: submetem-se aos impactos da tradição de tentar ocultar (sem sucesso) seus interesses políticos inconfessáveis, imputando a métodos de alfabetização (e, neste caso, a seu propositor) a causa do fracasso da alfabetização e da educação; evidenciam que a alfabetização continua sendo um dos signos mais evidentes e complexos da ambígua relação entre deveres do Estado e



direitos do cidadão, como área estratégica para a consecução de políticas públicas que contemplem ou soneguem atendimento adequado a necessidades básicas de todos os cidadãos; e, sobretudo neste momento tenebroso na política e na sociedade brasileiras, evidenciam/confirmam que a discussão sobre *métodos* de alfabetização se caracteriza como “diversionismo ideológico”, articulado a ditames de organismos e grupos políticos internacionais e a estratégias de grupos brasileiros de extrema-direita, na disputa por um (o deles) projeto de nação.

Essas reflexões vêm reiterar o que nos ensina Paulo Freire, a respeito da “politicidade intrínseca” do analfabetismo e da alfabetização.

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade³⁹, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar a sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. (FREIRE, 2001)

De fato, decisões de ordem teórico-epistemológica ou técnica são também políticas, ou seja, resultam de escolhas centradas em julgamentos de valor dentre opções também de ordem política, que dizem respeito das finalidades sociais. E a ação governamental/institucional como também a de grupos políticos refletem “[...] escolhas em um quadro de conflito, não havendo, portanto, governos [ou grupos] imparciais [...] Tais decisões políticas estão na base de políticas públicas como manifestações sintéticas das relações entre *teoria e ação* do Estado no que se refere ao atendimento às necessidades básicas sociais, como direitos dos cidadãos. (MORTATTI, 2010, p. 331; grifos no original)

A essas necessidades correspondem deveres do Estado (democrático) para a efetivação de direitos dos cidadãos. Dentre esses,

³⁹ A “erradicação do analfabetismo” é expressão ainda muito utilizada em documentos de organismos internacionais e nacionais. Na Constituição brasileira e no Plano Nacional de Educação (2010-2020), por exemplo, uma das metas é a “erradicação do analfabetismo”.



está a alfabetização como direito que se encontra na base da conquista dos demais, para o que é imprescindível o cumprimento dos correspondentes deveres do Estado, por meio de políticas públicas e investimentos financeiros obrigatórios, atualmente em risco.

No entanto, por um lado,

[...] não se pode considerar, principalmente no contexto atual de expansão globalizada da doutrina do neoliberalismo econômico e político, que o analfabetismo seja a causa da não conquista dos demais direitos, pelas populações de países pobres ou em desenvolvimento. Se políticas neoliberais beneficiam os países desenvolvidos – as “grandes potências econômicas” –, em países pobres ou em desenvolvimento, ou “emergentes”, como o Brasil, elas têm efeitos desalentadores, como dependência do capital internacional, desemprego, má qualidade de vida, acentuação de diferenças sociais e... analfabetismo. (MORTATTI, 2013, p. 30)

Por outro lado,

[e]mbora a legislação brasileira possa ser considerada abundante, ainda não há, para a educação e a alfabetização de crianças e de jovens e adultos, política de Estado (de fato) fundamentada em perguntas necessárias, devidamente debatida e implementada, respeitando-se os investimentos financeiros já conquistados e determinados por lei assim como a participação da sociedade civil, por meio de representantes que não sejam apenas os atrelados a interesses político-ideológicos “de governo”/“de partido político” ou de grupos privados representantes seja da Academia seja do poder público ou “do mercado” empresarial seja de organizações sociais. (MORTATTI, 2010, 2013, 2015)

Etimologicamente, “democracia” significa “poder do povo/governo do povo”, princípio que também consta na *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 1988: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (art. 1º., parágrafo único). Mas, na conjuntura atual, grupos políticos, como os representados na “Ideia” analisada, vêm manipulando o sentido original do conceito de “democracia”, para tentar disfarçar, com discursos e práticas moralistas e antidemocráticos, que os objetivos e motivos não explicitados no projeto político que defendem estão a serviço de interesses de grupos particulares rentistas que buscam



monopólios e privilégios legais. Baseiam-se, assim, em princípio segundo o qual todo poder emana, não do povo, mas do “mercado” (incluindo o educacional), integrando conjuntura política que expressa “[...] um fosso profundo entre os anseios da população e os desígnios dos detentores da riqueza financeira.” (FAGNANI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das armadilhas discursivas características do “diversionismo ideológico” sintetizado na configuração textual da “Ideia” indica que ela é representativa, neste longo quarto momento da história da alfabetização no Brasil, de versão renovada/atualizada do pacto secular entre alfabetização e política.

Se, nessa versão, podem se observar impactos do passado, também se explicita outra face, que faz estremecer a crença Iluminista no poder irrestrito e salvacionista da educação escolar e da alfabetização. Hoje, não se pode afirmar ingenuamente que educação/escolarização, por si só, são fatores de desenvolvimento econômico e social⁴⁰, como exemplificam a “Ideia” analisada, cujos propositores e apoiadores se apresentam com “bem escolarizados” e “bem formados”, mas não conseguem esconder o desconhecimento ou desprezo em relação ao significado de Paulo Freire e sua obra ou em relação às normas e usos da língua portuguesa; e não conseguem, sobretudo, esconder o caráter antidemocrático e autoritário dessa iniciativa (e outras tantas a que se vinculam), evidenciado, não pela iniciativa em si, que reflete direito de expressão de opinião e luta por esse direito, mas pelo sectarismo político que expressam, de forma intolerante ao diálogo e provocativa do ódio.

Com certa dose de realismo e considerando que transgressão supõe ação deliberada e baseada no conhecimento de regras e normas que se deseja transgredir — o que não parece se aplicar ao caso analisado —, poder-se-ia concluir que o texto da “Ideia” parece característico de analfabetos ou alfabetizados funcionais, situação não

40 Exemplo no mínimo interessante são os resultados de recente pesquisa de intenção de voto em pré-candidatos à Presidência da República, em 2018: o Deputado Federal, Jair Bolsonaro (PSC), líder de grupos de extrema-direita e defensor institucional de projetos como o do ESP, é o preferido dentre os eleitores que têm maior grau de escolaridade!





muito diferente da que constatamos em muitas pessoas da população brasileira, incluindo, lamentavelmente, os que atuam no magistério. Mas também essa conclusão pode ser resultado das armadilhas (não conscientes/deliberadas) discursivas características do “diversionismo ideológico” que sintetiza o sentido que atribuo à “Ideia”. Com mais certeza e a despeito das aparências contrárias, talvez os propositores dessa “Ideia” e de outras iniciativas correlatas possam ser classificados como “analfabetos políticos”⁴¹ e/ou como doutrinados, que nunca leram textos de Paulo Freire, mas, submetendo-se ingênua e oportunisticamente aos doutrinadores, anseiam por se tornar um deles.

Considerando os pactos deste presente, o que estaremos rememorando daqui a cem anos, além do golpe parlamentar e decorrente desmonte do país? Certamente Paulo Freire continuará sendo, de direito e de fato, o “Patrono da Educação Brasileira”, e sua obra continuará influenciando educadores do Brasil e de outros países, mesmo que possa haver injustificado êxito parcial em iniciativas antidemocráticas como as mencionadas. Mas também podemos esperar e agir objetivamente para que pouco ou nada digno de rememoração venha a restar desses grupos que investem contra esse educador, a democracia e os direitos básicos de todos os cidadãos. Porque o futuro da nação, da educação e da alfabetização depende também das escolhas que fazemos no presente e das formas de luta para concretizá-las, das quais nós, educadores e intelectuais, devemos participar ativamente, inclusive por meio de nossas atividades profissionais.

Esses são também ensinamentos de Paulo Freire e do pacto democrático que propôs e continua atuante, por meio do legado de sua obra, baseada nos princípios de educação como prática da liberdade e contra a opressão, como se destaca no Manifesto “Defender Paulo Freire como ‘Patrono da Educação Brasileira’ é defender nossa produção intelectual, a boa prática pedagógica e o próprio Brasil”:

41 Refiro-me ao poema “O analfabeto político”, de autoria não confirmada, mas atribuído ao poeta e dramaturgo alemão, Bertolt Brecht. O poema foi publicado pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço, North Americans in Solidarity with the People of Brazil, Vols. 1-7 (1988, p. 42). Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjMzMDA5/> Acesso em: 15 Out. 2017





Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. (Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia)

O que não é possível na prática democrática, é que o professor ou a professora, sub-repticiamente, ou não, imponha aos alunos sua "leitura de mundo", em cujo marco situa o ensino do conteúdo. Combater o autoritarismo de direita ou de esquerda não me leva, contudo, à impossível neutralidade que não é outra coisa senão a maneira manhosa com que se procura esconder a opção. (Paulo Freire, em Pedagogia da Esperança)

(apud COLETIVO PAULO FREIRE..., 2017, p. 1)

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores - MEC)

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Ana Maria Araujo. Paulo Freire: uma história de vida. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos. BNCC deve virar Lei no Congresso. 28/09/2017. Avaliação Educacional – Blog do Freitas. Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.com/2017/09/28/bncc-deve- virar-lei-no-congresso/> Acesso em: 15 Out. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Escola "Sem" Partido - Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.





GADOTTI, Moacir (Org.). Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996. (Com colaboração de Ana Maria Araújo Freire, Ângela Antunes Ciseski, Carlos Alberto Torres, Francisco Gutiérrez, Heinz-Peter Gerhardt, José Eustáquio Romão, Paulo Roberto Padilha)

INSTITUTO PAULO FREIRE – BRASIL; CONSELHO MUNDIAL DOS INSTITUTOS PAULO FREIRE. Carta Aberta ao Congresso Nacional do Brasil.

Disponível em:
https://www.peticao24.com/paulo_freire_patrono_da_educacao_brasileira. Acesso em: 15 Out. 2017.

COLETIVO PAULO FREIRE POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA. Manifesto "Defender Paulo Freire como 'Patrono da Educação Brasileira' é defender nossa produção intelectual, a boa prática pedagógica e o próprio Brasil.". 16/10/2017. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/images/docs/ManifestoColetivoPauloFreire-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2017

FAGNANI, Eduardo. Todo poder emana do mercado. Carta Capital (online). 29/06/2017. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/economia/todo-poder-emana-do-mercado>. Acesso em: 15 Out. 2017.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994. Brasília/DF; MEC/INEP/CONPEd; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação, v. 15, p. 329-341, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da 'Década da Alfabetização' no Brasil. Cadernos CEDES, v. 33, p. 15-34, 2013.

SIQUEIRA, Vinícius. O que é marxismo cultural? Uma abordagem à esquerda. 24/11/2014. Disponível em:



<http://colunastortas.com.br/2014/11/24/o-que-e-marxismo-cultural/>.
Acesso em 15 Out. 2017.

SOUSA, Bertone. Marxismo cultural ou a burrice ideológica de direita.
20/02/2016. Disponível em:
<https://bertonesousa.wordpress.com/2016/02/20/marxismo-cultural-ou-a-burrice-ideologica-de-direita/> . Acesso em: 15 Out. 2017.

Recebido em: 22 de outubro de 2018
Aceito em: 19 de fevereiro de 2019

